

## Garantir Desenvolvimento Sustentável O desafio das nações até 2030

Alessandra Nilo  
Claudio Fernandes  
OUTUBRO DE 2015

■ Em sua 70ª Assembleia Geral, a Organização das Nações Unidas aprovou os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, sucessores dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Os Estados-Membros se comprometerão com 16 grandes objetivos temáticos e um objetivo inovador intitulado “Meios de Implementação”, que serão monitorados a partir de 169 metas. Espera-se que o acordo, “*Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”<sup>1</sup>, guie a implementação de um conjunto de políticas multissetoriais de maneira articulada e em todos os 193 países signatários.

■ As negociações intergovernamentais dos ODS, que duraram quase 3 anos, estão sendo apontadas como o processo mais participativo já realizado pela ONU e que resultou em uma agenda universal, pois aplica-se a todos os países, e tem como referência a ideia de que o desenvolvimento, para ser de fato sustentável, deve garantir equilíbrio entre os pilares econômico, ambiental e social e que, para erradicar a pobreza e reduzir iniquidades, ninguém deve ser deixado para trás.

■ A Agenda 2030 é um instrumento potencialmente poderoso para incidência política, mas não há clareza de como será financiada. Sua última rodada de negociações, em Julho, aconteceu em um clima de protesto e frustração por parte da sociedade civil global – e da maioria dos países do G77– devido aos resultados da *III Conferência para Financiamento do Desenvolvimento*, concluída uma semana antes, na Etiópia, cujas negociações foram pouco transparentes e com forte ameaça dos países ricos de não repactuar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento que, por sua vez, mesmo se cumprida nos moldes acordados há quase quatro décadas, seria insuficiente para financiar os ODS, estimada, hoje, entre 3 e 5 trilhões de dólares ao ano.





## Sumário

---

■ <b>Introdução</b> .....	5
■ <b>O processo de negociação dos ODS</b> .....	6
Um breve olhar sobre o texto .....	8
Mudanças nas Metas .....	11
Acompanhamento e revisão .....	12
Pendências dos ODS .....	13
Participação da sociedade civil nos ODS .....	14
■ <b>O processo de negociação da III FpD</b> .....	15
“Como assim, cara pálida?” .....	17
O outro lado da moeda .....	19
■ <b>Conclusão: Navegar é Preciso.</b> .....	20
Os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável .....	21





## Introdução

Enquanto o Brasil estava às voltas com a crise econômica e com a falta de ética na política, que atualmente constrange todo país; enquanto os noticiários internacionais circulavam manchetes sobre a Grécia e o acordo americano com o Irã, no dia 2 de agosto de 2015, a Organização das Nações Unidas–ONU concluiu uma negociação histórica, de quase três anos, sobre como tratar os grandes problemas do mundo, comprometendo-se inclusive a erradicar a pobreza até 2030.

Na Rio+20, realizada em 2012 no Brasil, deliberou-se como seria o processo formal de negociação da nova agenda, que teve múltiplas fases e diferentes processos de consulta, inclusive com a sociedade civil.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável–ODS<sup>1</sup> que, com seus 17 Objetivos e 169 metas, serão aprovados na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2015, substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio–ODM, famosos no mundo inteiro como “os oito jeitos de melhorar o mundo”. Os resultados dos ODM<sup>2</sup> indicam que, apesar dos avanços em várias das metas, os desafios de construir um mundo mais equitativo, mais justo, saudável e menos sexista continuam. Por isso, desta vez, os Estados-membros, além de se esforçarem para integrar e articular dezesseis das grandes questões globais, pensaram também em como garantir uma execução eficaz: além de metas específicas para cada um dos Objetivos, definiram também os *meios de implementação* e transformaram o “como fazer” no 17º ODS<sup>3</sup>.

Acordar os ODS já é um marco na diplomacia global, principalmente por ter forçado um profundo debate sobre o que significa se desenvolver de forma sustentável, que resultou numa agenda prática sobre as principais ações necessárias para que relações econômicas, sociais e ambientais – sempre tratadas em diferentes instâncias intergovernamentais–, fossem alinhavadas em uma agenda única. O plano intitulado “*Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*” é, sem dúvida, fruto de um debate ambicioso que, mesmo realizado em um ambiente internacional complexo e de múltiplas crises, conseguiu cravar a certeza de que não será suficiente tentar erradicar a pobreza: para ser viável, o desenvolvimento tem que, de uma vez por todas, diminuir as desigualdades e garantir que “ninguém fique para trás”.

A ABONG – *Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns*<sup>4</sup>– e a Gestos–*Soropositividade, Comunicação e Gênero*<sup>5</sup>, acompanharam todo o processo desde a Rio+20, atuando em âmbito global, especialmente em parceria com o Grupo Maior de Mulheres, com a Força Tarefa de Alto Nível para Cairo e Além e, nacionalmente, como ponto focal da Campanha Beyond 2015. Essa atuação caracterizou-se como crítica propositiva, pois ao mesmo tempo em que, várias vezes, *reagíamos ao debate intergovernamental* com críticas contundentes, também colaborávamos com a produção de conteúdos e propostas para os debates governamentais, centrando esforços em influenciar as posições do governo brasileiro e latino-americano em geral. Nossas pautas focaram na defesa dos direitos e bens comuns, com ênfase na igualdade entre gêneros e direitos se-

<sup>1</sup> <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgsproposal>

<sup>2</sup> <http://www.un.org/millenniumgoals/reports.shtml>

<sup>3</sup> Ver box nº XX com os Objetivos em português.

<sup>4</sup> [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

<sup>5</sup> [www.gestos.org](http://www.gestos.org)



xuais e reprodutivos; na proposição de um novo princípio de democratização econômica e na defesa incondicional da inclusão da sociedade civil nos espaços de construção, implementação e monitoramento da Agenda pós-2015 em todos os níveis – estas são, portanto, as áreas nas quais este texto dará destaque..

Além da incidência global, no Brasil, estimulamos um processo de constante mobilização das organizações da sociedade civil de diversos setores, muitas das quais já envolvidas na agenda internacional ou com experiência acumulada na implementação dos ODM. Essa mobilização consolidou-se na criação do *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para o pós-2015*, hoje com cerca de 60 membros, entre redes, articulações, ONGs de todo o país e que, esperamos, continue crescendo nos próximos anos para dar seguimento aos desafios postos pelos resultados dos ODS, da III Conferência para Financiamento do Desenvolvimento e da Conferência sobre o Clima que, juntos, compõem as grandes agendas globais dos próximos 15 anos.

Sem dúvida, a Agenda Pós-2015, tão silenciosa e pouco acompanhada pela mídia brasileira, teria tudo para se transformar no compromisso mais revolucionário dos últimos tempos e colocar um tijolo a mais nas fundações do multilateralismo, não fosse o fato de tamanho otimismo esbarrar em duas questões essenciais – ainda sem respostas – sobre quem pagará esta conta e como reconstituir a confiança, após o processo complicado que foi a III Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento- FpD3.

Em uma tentativa de responder a estas questões, desde o ano passado, os capítulos dos ODS sobre o ‘Meios de Implementação e

Seguimento’ foram mantidos em suspensão, na expectativa dos resultados da FpD3, realizada entre 13 e 16 de julho na Etiópia, que tinha entre seus objetivos pavimentar o caminho do financiamento dos ODS.

O documento resultante da FpD3, intitulado *Agenda de Ação de Adis Abeba*, porém, não permitiu um acordo em relação aos esperados mecanismos para erradicar a pobreza ou reduzir as iniquidades institucionalizadas por relações assimétricas de poder financeiro e, tampouco apontou fontes adicionais de financiamento para a implementação dos ODS. Depois de muita tensão, conseguiu-se, na questão dos recursos, apenas a renovação do velho compromisso de que 0,7% do PIB dos países desenvolvidos serão alocados para Assistência Oficial ao Desenvolvimento dos países mais pobres – um acordo de 1969 e hoje cumprido por apenas cinco países: Noruega, Suécia, Luxemburgo, Dinamarca e Reino Unido.

Além disso, não foi possível nenhum avanço em relação aos temas da regulação do sistema financeiro, por exemplo, ou da revisão dos mandatos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, cujas políticas neoliberais extremistas, baseadas em dogmas econômicos ultrapassados, têm escalpelado, em série, países em todas as regiões do mundo.

## O processo de negociação dos ODS

Realizado a partir de consultas formais entre países-membros, secretariado da ONU, Grupos Principais<sup>6</sup> e outras organizações da

---

<sup>6</sup> Representam nove setores: Mulheres, Crianças e Jovens, Povos Originais, ONGs, Trabalhadores e Sindicatos, Autoridades Locais, Negócios e Indústria, Comunidade Científica e Técnica, Camponeses e Grupos Rurais.



sociedade civil, o debate sobre os ODS foi conduzido por dois cofacilitadores – David Donogue, Embaixador da Irlanda, e Macharia Kamau, Embaixador do Quênia.

Além das negociações intergovernamentais, o secretariado da ONU criou um calendário com vários fluxos de trabalho, envolvendo suas agências, governos e sociedade civil, cuja participação foi possível através de sistemas já estabelecidos na ONU e espaços criados para inclusão de outros atores além dos Grupos Principais, como a Beyond 2015, gerando mais coesão e diálogo entre redes e organizações dedicadas a influenciar a construção dos ODS. Todos estes atores tiveram voz e foram consultados durante todo o processo, com exceção das últimas 48 horas de negociação dos ODS, realizadas entre grupos intragovernamentais fechados.

Os três anos de negociação da agenda pós-2015 foram anos de disputa de grandes narrativas e, sobretudo, um exercício de excelência para as relações internacionais, que buscou calibrar diferentes interesses e articular uma agenda bastante ampla do ponto de vista temático, quanto complexa do ponto de vista de sua implementação. Isso, além de reverberar tensões já existentes na arena global, trouxe novos desafios ao debate, inclusive, alimentando as tradicionais divisões entre países do Norte e do Sul, em vários aspectos. Os pontos de tensão foram principalmente a agenda do clima, a Responsabilidade Comum, Mas Diferenciada – CBDR, na sigla em inglês – versus responsabilidade compartilhada, ocupação estrangeira e os meios de implementação dos ODS como um todo.

Ademais, a última rodada dos ODS aconteceu em um clima de protesto e total frustração da sociedade civil global e da maio-

ria dos países do G77 pelo resultado da *III Conferência para Financiamento do Desenvolvimento*, concluída em 16 de Julho, na Etiópia, cujas negociações ocorreram, segundo testemunhas governamentais e não governamentais, de forma pouco transparente e com forte manipulação dos países ricos. Estes, entre outras estratégias, ameaçaram retirar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento dos africanos, impedindo que o G77+China mantivesse coesão e, portanto, maior poder de pressão.

Estas tensões estavam presentes desde a Rio+20 e não é à toa que, em Julho de 2014, a última sessão do Grupo de Trabalho Aberto varou a noite da sexta-feira e o acordo sobre a definição dos ODS e suas metas foi finalizado somente no início da tarde do sábado, com delegados e embaixadores já beirando à exaustão. Um ano depois, chegar ao consenso sobre os ODS + sua Declaração política foi muito mais difícil. Previsto para ser concluído no dia 31 de Julho, a sessão encerrou-se somente na noite de 2 de agosto.

O debate final caracterizou-se por uma batalha tortuosa entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, para alcançar o equilíbrio entre os Meios de Implementação e suas metas, já acordadas no âmbito do GTA e da Agenda de Ação de Adis Abeba – AAAA. Por um lado, os desenvolvidos proclamavam o sucesso de Adis, enquanto o restante do mundo dizia não ter sido bem assim, muito pelo contrário. Enquanto para os países em desenvolvimento Adis era apenas um apoio e um complemento à nova agenda do desenvolvimento, para os países desenvolvidos ela deveria ser parte integrante da agenda. Os EUA, inclusive, defenderam até o fim que a AAAA deveria substituir todo o capítulo 17, o dos meios de implementação. Assim, o



único compromisso possível foi o de acomodar ambas as perspectivas na Declaração<sup>7</sup>.

Além disso, as tensões em relação aos temas de direitos sexuais e gênero também não estavam resolvidas. A situação estava tão tensa que, na última semana de negociação, o Alto Comissário para os Direitos Humanos enviou uma carta aos cofacilitadores e todos os membros permanentes das Nações Unidas – em Genebra e Nova Iorque –, propondo fortalecer uma agenda de liberdades fundamentais, de igualdade e não discriminação, pedindo explicitamente que se garantisse uma abordagem de direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva e direitos, e não violência e discriminação dada à orientação sexual e identidade de gênero. Claro, era pedir demais, mas a mensagem chegou a um momento importante e exerceu seu impacto.

### ***Um breve olhar sobre o texto***

Não há dúvidas de que os grandes compromissos como erradicar a pobreza, rever os padrões de consumo e reduzir as iniquidades de gênero e as desigualdades nos países e entre países, se por um lado podem ser aspectos positivamente transformadores de nosso processo civilizatório, configuram-se também como enormes desafios. A implementação dos ODS exigirão muitas mudanças de paradigmas e um deles é o de forçar maior diálogo entre políticas públicas que são, tradicionalmente, implementadas de forma isolada, capitaneadas por setores que pouco dialogam entre si. O processo de negociação estruturou-se exatamente como exercício de diálogo entre diferentes campos para que se alinhassem a uma agenda comum e interconectada.

Importante enfatizar que o compromisso “*Transformando nosso Mundo: Uma agenda para o Desenvolvimento Sustentável*” não foi o resultado defendido pela sociedade civil. Pode servir, porém, como uma importante ferramenta de incidência sobre os governos mundiais. No texto, os Estados-Membros asseguram o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos; se comprometem a proteger o planeta e criar condições para um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e reconhece a necessidade de capacitar grupos que vivem em situações vulneráveis, incluindo os jovens, pessoas com deficiência, pessoas com HIV/AIDS, idosos, migrantes, indígenas, entre outros. Além disso, reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todas as grandes conferências das Nações Unidas, incluindo a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, bem como as suas conferências de acompanhamento.

Encontrar um equilíbrio mínimo no meio de uma feroz queda de braço e equacionar os diferentes interesses entre os blocos de países resultou em um compromisso de 193 países que, se cumprido, nos permitirá avançar em prol de um mundo menos injusto e mais sustentável. Será fundamental, porém, durante o processo de implementação, não perder de vista as lacunas que continuam, em sua maioria relacionadas a questões sistêmicas. Tendo sido umas das grandes disputas, não foi possível, por exemplo, avançar na discussão da tão premente regulação do sistema financeiro. O estabelecimento de mecanismos de taxação progressivos e redistributivos – tão necessários, já que estávamos falando em erradicar pobreza e reduzir iniquidades – não foram acordados, de fato, nos ODS, e ficaram apenas ‘sugeridos’ em Addis.

<sup>7</sup> Parágrafo 40.





Nesse campo, o debate do pós 2015 significou uma tentativa importante para trazer de volta o papel do Estado como ‘regulador das políticas’ e das parcerias entre setores públicos e privados. Este, aliás, foi um dos temas liderados pelo Brasil, que insistiu em dois aspectos: o de melhor definir o setor privado e o de garantir que este fosse ‘*accountable*’ e regulado pelos Estados. É um debate que, certamente, precisa voltar e continuar com força, em âmbito nacional, no processo de implementação. Para isso, é possível aproveitar textos da Declaração política. O seu parágrafo 67, por exemplo, demonstra a estratégia de balancear a enorme ênfase dada ao papel do setor privado para o financiamento do desenvolvimento sustentável.

“A atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais impulsionadores da produtividade, do crescimento econômico inclusivo e da criação de empregos. Reconhecemos a diversidade do setor privado, que vai desde as microempresas e cooperativas, até as multinacionais. Apelamos a todas as empresas para aplicar sua criatividade e inovação para resolver os desafios do desenvolvimento sustentável. Vamos promover um setor empresarial dinâmico e funcional, ao mesmo tempo protegendo os direitos trabalhistas e normas ambientais e sanitárias em conformidade com as normas pertinentes e acordos internacionais e outras iniciativas em curso, tais como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e as normas de trabalho da OIT, a Convenção sobre os Direitos da Criança e os acordos ambientais multilaterais-chave para esses acordos.”<sup>8</sup>

Outro aspecto positivo foi a negociação da agenda pós-2015, sendo mais uma oportunidade de insistir na crítica ao modelo de desenvolvimento e defender princípios que orientarão modelos sustentáveis, apesar de continuarem em aberto aspectos relevantes do debate e que serão fechados somente na grande conferência do Clima, no final do ano<sup>9</sup>. Desde o início, a sociedade civil insistiu em substituir as referências ao “crescimento sustentado” por “desenvolvimento econômico sustentável”. Na versão final da Declaração, porém, aprovou-se “*crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável*”<sup>10</sup>.

Também foram aprovadas referências às “medidas para complementarem as avaliações macro apenas baseadas no PIB”, importante não apenas porque a pobreza está crescendo *entre* países, mas também *nos* países e é necessário colocar novas lentes sobre os dados – e produzir novas análises para que, de fato, seja possível enfrentar as desigualdades.

Apesar da oposição inicial do G77, os Estados-Membros concordaram em incluir um Preâmbulo da Agenda, identificando cinco áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, os “5 Ps”, como ficaram conhecidos – *Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria*. Vale comentar, porém, que a versão final do preâmbulo foi substancialmente enfraquecida ao longo das negociações, sobretudo em relação aos direitos humanos, à não discriminação e igualdade de gênero, ainda que o Objetivo 17 e as 169 Metas prevejam que devam ‘realizar’ os direitos humanos de todos, alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas. De fato, mesmo que a Declaração como um todo destaque a igualdade de

<sup>8</sup> Tradução livre, No momento de fechamento deste texto não havia tradução oficial para português.

<sup>9</sup> <http://www.cop21paris.org/>

<sup>10</sup> Parágrafos 3, 9, 13, 21, 27, 35



gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, convocando os governos a eliminarem todas as formas de discriminação e violência contra elas, não faz nenhuma afirmação explícita de seus direitos humanos.

Na verdade, a chegada da carta do Alto Comissariado da ONU refletia tão somente a dificuldade de negociação dos pontos da agenda relacionados ao “respeito, proteção e promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, *sem distinção de qualquer espécie, e outros status* em especial”. A África e os Grupos árabes pediam a inclusão dos ‘direitos humanos *internacionalmente acordados*’ e se opunham à retenção de ‘outra situação/status’ no texto, numa clara tentativa de retroceder na linguagem acordada há quase 70 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diante do impasse, restou repetir o que já havia sido dito na Rio + 20 (par. 9), que chama ao respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem distinção de qualquer espécie e, também, incluindo referência a ‘outra situação’, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. Importante salientar que, neste tema, a Libéria e Cabo Verde falaram em sua capacidade nacional durante as negociações e solicitaram a supressão do texto da qualificação dos “direitos humanos *internacionalmente acordados*”.

A *Força Tarefa de Alto Nível para Cairo e Além*<sup>11</sup>, destaca a ausência no texto de referência aos direitos humanos de mulheres e meninas e a não discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Sua avaliação é de que o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos serviu de contraponto aos grupos conservadores, que tentaram aprovar um novo parágrafo sobre

família. A União Europeia–UE e alguns dos seus Estados-Membros, em sua capacidade nacional (Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Países Baixos, Suécia e Reino Unido) e Israel, Uruguai e Brasil, solicitaram a inclusão de saúde e direitos sexuais e reprodutivos; a Islândia e a Noruega pediram saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos, mas a proposta não obteve apoio da maioria dos países. Até o pedido de incluir uma referência aos direitos reprodutivos, tal como já acordado na meta 5.6 dos ODS, foi rejeitado. Apenas uma referência ao acesso universal à saúde sexual e reprodutiva foi mantida na Declaração, alinhando-se com a meta 3.7. dos ODS.

Por outro lado, o parágrafo (complicado) sobre o papel da família como um contribuinte para o desenvolvimento sustentável (apoiado principalmente pelo Grupo Árabe, Bielorrússia, Camarões, Chade, Nigéria e Rússia), foi suprimido do texto. A estratégia foi solicitar (e a maioria dos países o fez) a adição do termo ‘várias formas de família’, conforme acordado no Cairo há 20 anos. Além disso, a União Europeia e vários dos seus Estados-Membros, em sua capacidade nacional, e incluindo EUA, Austrália, Brasil, Uruguai, Chile, Colômbia, Costa Rica, Israel, Nova Zelândia, Islândia, Noruega e Canadá, solicitaram a eliminação do parágrafo, dada a falta de consenso em torno do termo ‘família’. A Libéria e, posteriormente, o próprio Grupo Africano apoiou a retirada da proposta.

Para a Campanha Beyond 2015<sup>12</sup> (Além de 2015), a inclusão dos direitos humanos na perspectiva de desenvolvimento sustentável foi uma tarefa difícil, em todas as negociações **intergovernamentais do pós-2015. E por isso**, o debate ocorrido durante o fe-

11 ICPD Task Force – <http://www.icpdtaskforce.org/>

12 <http://www.beyond2015.org/>



chamento da Declaração, voltou tão forte: direitos e “direitos humanos” são mencionados em doze parágrafos<sup>13</sup>. Apesar disso, a Beyond em sua análise traz outros exemplos de como algumas referências são pouco relevantes e outras foram enfraquecidas durante as negociações, destacando-se que “em várias partes do documento, a palavra “direitos” foi substituída por “acesso”.

*No parágrafo 8, por exemplo, apenas se repete o acordado na Rio+20 – “respeito universal” pelos DH - Direitos Humanos - ao invés de “proteger, garantir ou realizar” como a sociedade civil tanto pediu;*

*‘População indígena’ foi mencionada nos parágrafos 23, 25, 52 e 70, mas o seu direito à informação prévia e o direito a dar o consentimento sobre a extração de recursos de suas terras ou territórios não foram garantidos;*

*A linguagem sobre direito humano à água e saneamento, sob forte pressão dos EUA, foi revertida ao aprovado na Rio+20, apesar do apoio majoritário de Estados-Membros a uma linguagem mais progressista.*

O princípio de que ninguém ficará para trás foi afirmado na Declaração<sup>14</sup>, mas a referência de que isso deveria se aplicar a “todos os grupos sociais e econômicos” ficou de fora. Nas últimas horas da negociação, acordou-se em incluir “todos os segmentos da sociedade”.

Referências às pessoas vulneráveis e mais pobres ganharam seis referências na Declaração<sup>15</sup>, mas a Beyond 2015 chama atenção para o fato de que elas são tratadas como “receptoras” da agenda – não como agentes de mudança e isso é algo que precisamos ficar atentos.”

<sup>13</sup> Parágrafos 3, 7, 8, 10, 18, 19, 20, 25, 35, 35, 67 e 74.

<sup>14</sup> Preambulo, parágrafos 4, 26, 48 e 72.

<sup>15</sup> Preambulo, parágrafo 4 (furthest behind first); parágrafo 6 (consultation); 8; 39, 50, 7–

## Mudanças nas Metas

Ao longo do processo, os cofacilitadores propuseram que fosse feita uma revisão nas metas dos ODS, com objetivo, segundo eles, não de mudar o texto acordado, mas de tornar algumas delas mais orientadas para a ação e garantir que estivessem alinhadas com as declarações internacionais já aprovadas<sup>16</sup>. Além disso, queriam definir os percentuais que ficaram em aberto, com o fim do Grupo de Trabalho Aberto. A resistência de alguns países sobre esta prova técnica, incluindo o Brasil, tinha total sentido. De fato, a escolha de algumas metas em detrimento de outras se consolidou. Exemplo disso é a meta 3.b que não entrou no pacote final da revisão:

“Apoiar a investigação e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis e vacinas, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento a utilizar plenamente as disposições sobre flexibilidades do Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual para proteger a saúde pública, e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos”.

O problema é que, como o texto está limitado aos medicamentos *essenciais* e aos *países em desenvolvimento*, desconsiderando que as

<sup>16</sup> A partir da lista de metas para revisão na última rodada de negociações, os Estados-Membros chegaram a acordo sobre os seguintes: 3.2; 4.4; 4.6; 4b; 4c; 6.3; 9.5; 11.5; 11b; 14c; 15.2 e 17.2. As seguintes permaneceram como acordadas no Grupo de Trabalho Aberto: 3.6; 3b; 6.6; 8.7; 12.4; 15.1; 15.3; e 15.5.



flexibilidades do Acordo sobre os Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual TRIPS, na verdade, não se limita apenas a eles. No debate inter-governamental de março deste ano, a proposta de ajustes tinha incluído a remoção da palavra “essencial”, portanto, tornando-o mais compatível com o TRIPS, mas vários países desenvolvidos, especialmente o Reino Unido e EUA, a rejeitaram.

Além de ser uma evidência tendenciosa da revisão, essa meta indica uma deficiência de calibração entre o sexto ODM – *Combater a AIDS, a Tuberculose e outras doenças* – e os ODS, resumido a uma única meta inserida no objetivo de Saúde, mas cuja ambição não é pequena: erradicar a AIDS como epidemia até 2030 vai exigir, segundo a UNAIDS, 35.6 bilhões de dólares por ano. Em 2014, porém, o total investido foi de apenas US\$ 20 bi, o que indica uma lacuna de cerca de US\$15 bilhões anuais. O tema da propriedade intelectual, inclusive para o desenvolvimento de drogas e acesso a medicamentos, portanto, é crucial e precisará voltar à atenção pública, com urgência, no processo de implementação nacional, especialmente frente aos acordos conhecidos como TRIPS+, que colocam barreiras adicionais à implementação das flexibilidades contidas no TRIPS. Se os Estados-Membros da ONU realmente quiserem levar os ODS a sério, o direito à saúde não pode ser permutado por interesses privados.

As metas 2.5 e 15.6, relacionadas com ‘recursos genéticos e compromissos do Protocolo de Nagoya, também foram enfraquecidas. Ao invés de solicitar aos países que os ‘garantissem’, o texto apenas solicita que “promovam” o acesso a estes recursos. Por conta disso, o México, em nome de um grupo de países (Brasil, Costa Rica, Colômbia, Índia, Bolívia,

etc.), manifestou o seu pesar e informou que irá pedir reserva no momento da adoção formal da Agenda na Cúpula de Setembro.

Nas últimas 48 horas de negociação, as polêmicas relacionadas ao Clima foram adiadas para serem definidas na Convenção de Mudanças Climáticas, fórum considerado mais apropriado.

### **Acompanhamento e revisão**

Esta seção foi enfraquecida ao longo do processo. O G77, África e grupos árabes, com posições vocais da Índia e a Arábia Saudita, buscavam salvaguardar sua soberania e evitar a intrusão da comunidade internacional em assuntos nacionais; evitar o estabelecimento de uma eventual Revisão Periódica Universal, mecanismo em nível global; ou qualquer possibilidade de fiscalização «blue print». Tamanho zelo foi visto negativamente pela sociedade civil (e isso não deixa de ser um exagero), pois os ODS não são um documento vinculante, isto é, não tem poder de impor nada aos países. Assim, os Estados-Membros são apenas “incentivados” a desenvolver respostas nacionais para implementar a agenda e para realizar avaliações regulares, o que é pouco.

Da mesma forma, a ideia original de uma “revisão entre pares” em nível regional transformou-se em uma “aprendizagem entre pares, avaliação voluntária e compartilhamento das melhores práticas”. Globalmente, o papel central do Fórum Político de Alto Nível – FPAN sobre o acompanhamento e avaliação foi reiterada, embora seu trabalho, funções e resultados sob o ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – e pela Assembleia Geral ainda pareçam vagos. Foi definido, porém, que as questões emergentes e o acompanhamento e avaliação



de todas as outras conferências e processos das Nações Unidas sejam levadas em conta, mundialmente sob o FPAN e dois relatórios específicos elaborados pelo Secretário Geral sejam apresentados por ano: um relatório sobre o progresso dos ODS, semelhante ao que já existe para os ODM; e o Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável Global, tal como acordado na Rio + 20.

### ***Pendências dos ODS***

O debate sobre o acompanhamento e avaliação continuará durante a 70ª Sessão da Assembleia Geral, sob os auspícios do Fórum Político de Alto Nível, após a apresentação do relatório do Secretário-Geral sobre esta matéria. Este relatório deverá incluir uma proposta sobre as modalidades das avaliações e recomendações sobre as diretrizes para os relatórios comuns voluntários, após consulta aos Estados-Membros. Deve esclarecer, também, as responsabilidades institucionais e fornecer orientações sobre temas anuais, em uma sequência de análises temáticas, e sobre as opções para revisões periódicas por parte do FPAN.

Quanto aos indicadores, conforme acordado anteriormente, serão desenvolvidos pelo Grupo de Peritos interagências e deverão ser aprovados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em Março de 2016, para serem adotados pelo ECOSOC e pela Assembleia Geral. Há um chamado específico para que o processo de monitoramento conte com dados “de alta qualidade, acessíveis, oportunos, fiáveis e desagregados por localização geográfica, renda, sexo, idade, raça, etnia, status de migração, deficiência e outras características relevantes em contextos nacionais”.

A questão dos indicadores, porém, é particularmente complexa. Instrumentos-chave

para monitoramento da implementação dos ODS, os indicadores exigem uma sofisticada discussão técnica que, por sua vez, não pode desconsiderar que as metas são resultados de processo político delicado. São vários os debates em curso. O primeiro deles diz respeito à quantidade de indicadores, pois por enquanto há mais de 300 sobre a mesa. Há quem critique esse número e proponha sua redução por meio da criação de indicadores capazes de medir mais de uma ou até várias metas, questionando, inclusive, a capacidade dos países para coleta de tantos dados. Existe, porém, a posição contrária – defendida pela sociedade civil progressista:– de que o número de indicadores deve ser definido a partir da necessidade de garantir um acompanhamento, mais preciso possível, do cumprimento das metas.

Para além da questão quantitativa, há ainda um relevante embate qualitativo, pois a própria forma como os indicadores serão elaborados causarão impacto no grau de sucesso das metas e seu alcance. Há indicadores que, da forma como estão, não servirão claramente para avaliar a meta e, muito menos, para indicar se a agenda está de fato sendo cumprida de forma inclusiva a todos os grupos sociais e econômicos. Exemplo disso é a meta 17.17, única que menciona a sociedade civil e que diz: “*Encorajar e promover efetivas parcerias público-privadas e com a sociedade civil, construídas a partir de experiência e recursos estratégicos de parcerias*<sup>17</sup>”, cujo único indicador proposto foi o “número de parcerias público-privadas estabelecidas”, o que, obviamente não ajuda em nada a medir essa meta.

Por fim, a questão da participação das organizações da sociedade civil, neste tema, tam-

---

<sup>17</sup> Tradução livre



bém tem sido problemática. Depois de toda a discussão sobre os ODS, amplamente participativa, a sociedade civil se vê agora impedida de participar do processo de construção dos indicadores. Os governos argumentam que este é um debate extremamente técnico e que deve ser restrito a experts convidados – como se a sociedade civil não tivesse essa capacidade! No Brasil, por exemplo, até o fechamento deste texto, a sociedade civil estava impedida de participar do processo que é liderado pelo IBGE. O mesmo ocorre na Holanda e EUA.

### **Participação da sociedade civil nos ODS**

*“Nós, as pessoas, embarcamos hoje na estrada rumo a 2030. Nossa viagem vai envolver governos, parlamentos, o sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, empresas e setor privado, a comunidade científica, acadêmica - e todas as pessoas. Milhões já se envolveram com esta agenda e outros milhões irão se apropriar dela. Esta é uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo - e é isso que, acreditamos, irá garantir o seu sucesso”.*

*“Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2013 para o Desenvolvimento Sustentável”.*

Como já mencionado, desta vez, ao contrário do que aconteceu na definição dos Objetivos do Milênio, a sociedade civil participou e teve voz durante os debates intergovernamentais dos ODS.

Apesar disso, no conjunto de Objetivos e Metas dos ODS, há apenas uma referência ao termo “sociedade civil” e, para equilibrar esta lacuna, foram adicionadas pelo menos doze referências na Declaração de compromissos. Assim, junto com outras “partes interessadas” e Grupos Maiores, a Declara-

ção também garantiu o mandato para que a sociedade civil não apenas participasse das fases seguintes do processo, como também abriu as portas para que pudesse enviar relatórios sobre o processo de implementação. Neste aspecto, o parágrafo 74.d é crítico e merece ampla divulgação, pois define como princípio que o acompanhamento e a avaliação sejam “abertos, inclusivos, participativos e transparente para todas as pessoas” e em todos os níveis e, mais importante, que “apoiará a relatoria de todas as partes interessadas”.

Para o processo de implementação nacional, a ABONG tem insistido na contínua e cada vez mais ampla participação das organizações da sociedade civil, principalmente para tornar as parcerias entre governos e setor privado mais transparentes, mais inclusivas e alinhadas aos parâmetros estabelecidos para garantia dos direitos humanos e ambientais e das legislações trabalhistas.

Finalmente, após um longo processo de interlocução com o governo, a sociedade civil brasileira foi incluída nas últimas rodadas de negociações, em julho, tanto para Adis, quanto para os ODS. Isso foi possível em parte porque, no Brasil, a sociedade civil aglutinou forças e atuou articuladamente, inclusive criando um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda Pós-2015, que reúne representantes de organizações e redes com diferentes enfoques temáticos, a maioria já envolvida no acompanhamento da agenda de desenvolvimento internacional e localmente.

Pela primeira vez, em agosto, a sociedade civil foi convidada a participar da reunião do *Grupo de Trabalho Interministerial sobre os ODS*, organizada pelo Instituto Rio Branco, em Brasília, que contou com Representan-



tes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Social, do Meio Ambiente, da Secretaria Geral da Presidência da República e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Como proposta, as organizações da sociedade civil fizeram uma demanda específica sugerindo a criação, no Brasil, de uma *comissão interministerial deliberativa sobre os ODS*, composta por representantes governamentais com poder de decisão e também por representantes da sociedade civil.

### O processo de negociação da III FpD

A terceira Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento, realizada pela ONU de 13 a 16 de julho na Etiópia, também tinha por objetivos encontrar mecanismos para erradicar a pobreza e reduzir as iniquidades institucionalizadas por relações assimétricas do poder financeiro, além de apontar fontes adicionais de financiamento para a implementação dos ODS. O trabalho de preparação de dois meses e negociação de seis meses resultou na Agenda de Ação de Adis Ababa – AAAA, que se constituiu, de fato, em um desastre anunciado.

A cada novo rascunho do documento que era divulgado, após as reuniões informais e sessões de redação pré-conferência, ao longo do primeiro semestre, observou-se a diluição dos compromissos necessários para a mudança dos atuais paradigmas de financiamento e investimento entre as nações e intranações e os motivos eram evidentes: os países desenvolvidos, representados pela União Europeia, Estados Unidos, Japão, Canadá e Austrália, além de buscar a manutenção do status quo, também tinham por missão ampliar espaços para suas corporações expandirem o domínio particularmente nas indústrias extrativas ou como protagonistas

da cadeia de fornecimento global (*global supply chain*).

Os países em desenvolvimento, por sua vez, alinhados ao grupo do G77+China, buscavam criar condições para o reconhecimento das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” de atores do processo, colocando no contexto o ônus histórico de dominação, apropriação, expropriação e devastação, que garantiu desenvolvimento e crescimento econômico apenas para os ricos, influenciado por uma teoria econômica neoclássica defasada e seu nefasto rebento neoliberal. Neste contexto, o contraponto essencial foi a presença ativa e significativa da sociedade civil global, um grupo diverso de colaboradores/as atentos/as aos acontecimentos da política internacional, cuja garantia de participação no processo de negociação foi um dos poucos aspectos positivos da modalidade da Conferência.

Contudo, o que era para ter sido um rico e transparente debate entre Estados-membros, em um ambiente de democracia diplomática que demonstrasse o valor do multilateralismo como guia para a governança mundial, em busca de soluções universais sob o mandato da Assembleia Geral, transformou-se em um ritual de salas fechadas com pequenos grupos de países e conversas de corredores, onde boatos criaram uma bruma de desinformação. A estratégia estava definida desde o início: não teria negociação de texto, nem introdução de temas que estivessem fora da linguagem acordada anteriormente, mesmo que estas tivessem sido sugeridas de maneira insistente durante as negociações preparatórias em Nova York.

Amparado por um processo de facilitação peculiar e compreendido como opaco por



várias pessoas, o que houve, de fato, foi a imposição de valores liderados pelos Estados Unidos e União Europeia que, em uníssono, tentaram – e conseguiram – afastar a possibilidade das Nações Unidas terem qualquer tipo de ingerência sobre a regulação de operações financeiras e sobre os *mercados de capital*, seja para pagar a conta do desenvolvimento, ou para aumentar sua capacidade de monitoramento. A justificativa era de que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial já cumpriam este papel e de que os países da OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – já contribuíam com a ODA – Ajuda Oficial para o Desenvolvimento.

Vale destacar que, em 2014, a ajuda oficial para o desenvolvimento totalizou US\$ 134 bilhões, incluindo vários tipos de financiamento, até mesmo alguns tipos de investimentos diretos na área agrícola. Mas a questão é que, finalizadas as negociações da Agenda de Desenvolvimento 2030, seus cofacilitadores e o Secretário Geral afirmaram que a conta seria entre 3 a 5 trilhões de dólares por ano. Para colocar o desafio em perspectiva, mas também para expor o fato de que recursos disponíveis existem, a cíclica crise financeira reacendida pela explosão da bolha de empréstimos de múltiplos derivativos com colateral imobiliário, a crise de 2007 e 2008, recorreu a sete trilhões e cem bilhões do *Federal Reserve* Americano e do Banco Central Europeu em um espaço de três meses.

Quase nove anos depois, milhares de comunidades em todo mundo, inclusive nos próprios países desenvolvidos, onde o colapso se originou, passam por severas dificuldades, como resultado das políticas de austeridade fiscal impostas, que garantam novas ofertas para endividamento, enquanto os mercados de capital – sistema financeiro – alcançam ní-

veis maiores do que os anteriores à crise. Isso até dois dias antes do fechamento deste texto, quando uma nova onda de volatilidade atingiu os mercados e os países emergentes demonstraram mais fragilidade que o esperado.

Esta é uma lógica perversa, mas, foi uma das velhas receitas adotadas pela Conferência FpD3, infelizmente. Apesar de reconhecer a necessidade de utilizar do vasto sistema financeiro para direcionar recursos para a agenda de desenvolvimento - que respeite os direitos humanos e promova as comunidades, contribua para o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, preserve e incentive a recuperação do meio ambiente degradado por ações predatórias ou causadas por negligências - a AAAA sofreu influência do relatório do Banco Mundial *De bilhões a trilhões*, publicado um mês e meio antes da Conferência. O relatório, dentre outras coisas, contém a receita de como megaprojetos de infraestrutura podem ser financiados com uma carteira de mecanismos envolvendo a iniciativa privada, governos e bancos multilaterais de desenvolvimento e incluindo a agora bastante estimulada cooperação Sul-Sul e o financiamento combinado (*blended financing*).

A tônica da Conferência já estava enunciada, quando países discordavam em como regular apropriadamente as parcerias público-privadas – PPPs –, que têm criado um modelo, no qual os recursos e responsabilidades públicas são arrendados para a administração e operacionalização privada, sem que seja garantido nenhum instrumento de rendição de contas e transparência pública.

Estudos específicos sobre o tema de PPPs desenvolvidos pela ActionAid, Oxfam, Lantidadd e Eurodad, além de capítulos em estudos da Global Financial Integrity, mos-





tram o efeito nocivo para o bem público, quando o comum é cercado e ordenado para o lucro individual, inclusive sem garantia da qualidade do serviço. Obviamente, não é possível afirmar que todas as PPPs sejam necessariamente ruins, mas caso não haja estrito mecanismo de monitoramento, o Estado acaba eximindo-se de sua responsabilidade de fiscalização e permitindo abusos ou degradação da qualidade do serviço. Residentes de São Paulo sabem o que significa uma malha viária privatizada, que onera em demasia o custo do transporte de pessoas e cargas. E residentes de todo o país sabem o que significa a ausência de serviços públicos de qualidade na educação, porque os estados precisam fazer caixa (superávit primário) para pagar juros de um bolo crescente de dívidas públicas. Foi este modelo, em eterno retorno, porém, que foi elogiado em Adis.

A tão necessária ambição para a implementação de uma agenda transformadora passou ao largo da AAAA. Na Etiópia o que dominou foi “mais do mesmo”, e muito mais ainda das mesmas formas de coerção política pela força da promessa de recursos ou ameaça de corte dos mesmos. Foi uma verdadeira “consistência dos inconsistentes”, como denominou um dos cofacilitadores da sociedade civil, Stefano Prato, em sua última intervenção na Conferência. As negociações da FpD demonstraram as contradições entre discurso e ação dos países desenvolvidos, cujo objetivo é a manutenção da arquitetura como ela se encontra e qualquer modificação real deve estar atrelada à desregulamentação. Não o contrário.

### ***“Como assim, cara pálida?”***

No preâmbulo, e tendo como um dos principais objetivos de sua constituição, a Agen-

da de Ação de Adis Abeba reconhece que lutar contra o fluxo ilícito de capital e as evasões fiscais são essenciais para mobilizar recursos adicionais para o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que modifica um paradigma de crescimento econômico, que se beneficia de subterfúgios de dominação.

Recursos devem ser investidos para criar capacidade técnica nos países para a coleta de mais impostos, inclusive, com recursos da ajuda oficial para o desenvolvimento dos países doadores que, durante a Conferência, atuaram incisivamente para bloquear a proposta da criação de uma Comissão Intergovernamental para Cooperação em Questões Tributárias, uma renovação e ampliação do Comitê de Peritos para Questões Tributárias, criado em 2014. Essa proposta está posta há mais de dez anos e, desde Doha, tem sido defendida pela sociedade civil como apropriada para uma economia globalizada, hoje existente, mas cuja cooperação tributária se restringe apenas a acordos bilaterais. Esse foi o ponto contencioso, que deixou a Conferência de Adis Abeba em suspense por três dias, já que CBDR – responsabilidades comuns, mas diferenciadas – e as modalidades de mecanismos inovadores de financiamento já tinham sido retiradas do texto, antes de chegar à Etiópia.

Enquanto isso, como dito anteriormente, pairava sobre Adis a responsabilidade de apontar caminhos concretos para os meios de implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. O objetivo dezessete, relacionado ao “fortalecimento dos meios de implementação e à revitalização de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável”, aguardava resolução da Conferência FpD3 para ser devidamente concluído. Mas não houve, também como já dito, nenhum



recurso adicional, apenas o compromisso de dedicar 0,7% de seu PIB para a cooperação internacional para o desenvolvimento, renovado formalmente pelos países ricos.

Alguns países do grupo dos menos desenvolvidos e a sociedade civil ainda demandavam a definição das modalidades de mecanismos inovadores de financiamento, que antes listados na proposta de acordo, incluíam as taxas sobre transações financeiras – TTFs –, impostos sobre combustíveis para aeronaves e navios, sobre tabaco, diminuição de subsídios para combustíveis fósseis e crescimento de recursos aplicados no Fundo do Clima. Desde o início das negociações em Nova York, porém, o negociador dos Estados Unidos, vice-presidente do Tesouro Americano para assuntos de dívida, deixou claro que seu país não apoiaria a sugestão de criar novos tributos, “principalmente essa taxa sobre ativos financeiros, que tem um grande potencial de distorcer os mercados”. O representante do FMI apoiou incondicionalmente a posição americana, sem citar o nome do tributo, concordando que as TTFs teriam um efeito distorcivo nos mercados. Eles não se preocuparam sequer em defender essa posição com dados e evidências, ao contrário. Em um evento paralelo à Conferência em Addis, quando perguntado sobre o assunto, o economista Michael Keen do FMI simplesmente respondeu: “eu particularmente não acredito nas taxas sobre transações financeiras,” deixando de lado a postura científica e recorrendo à área da crença.

Enquanto isso, o Grupo Árabe questionava qualquer modificação relacionada a combustíveis fósseis, deixando o debate por modalidades de mecanismos inovadores de financiamento esvaziado por falta de flexibilidade nas posições dos países.

Assim, o que foi anunciado como reconhecimento de um problema sistêmico acabou não tendo nenhuma medida específica definida, e toda tentativa de contestação foi rechaçada como sendo *ruim para os negócios*, prevalecendo a ideia claramente expressada pelo representante do Japão que a “regulação demais afasta as empresas e o capital privado.”

A agenda era de dominação. Proativamente, os países desenvolvidos e doadores trabalharam com afinco para o fortalecimento de duas teses centrais: 1. Países de renda-média devem passar a contribuir para o desenvolvimento dos menos desenvolvidos através da cooperação Sul-Sul e cooperação triangular ; 2. Parte da ajuda oficial para o desenvolvimento – ODA – deve ser investido para aumentar a capacidade tributária nos países recipientes, para mobilizar recursos domésticos para implementar os ODS.

Durante as negociações em Nova York, em um determinado momento, expressando frustração e cansaço, o Embaixador Raymond Lendveld, do Suriname, negociador atuante do G77 e principal porta-voz do grupo, perguntou, ironicamente “Como assim? Quando estamos falando de financiamento para o desenvolvimento dos menos desenvolvidos e para erradicação da pobreza extrema causada por diversas condições históricas, representantes dos países ricos vem aqui e passam a responsabilidade para os próprios países pobres mobilizarem seus recursos? De que tipo de financiamento para o desenvolvimento estamos falando? Vamos ser claros, cooperação Sul-Sul é ótimo, mas o grosso vem da cooperação Norte-Sul.” Mas o grupo conseguiu apenas que, no parágrafo 56, fosse incluída menção a “*uma expressão de solidariedade entre as populações e países do Sul, baseado em sua experiência e*



*objetivos compartilhados*”; e que essas seriam medidas complementares de financiamento, apesar de ter ficado explícito que recursos de ODA devem ser usados para “melhorar a capacidade de arrecadação doméstica” dos países menos desenvolvidos.

### **O outro lado da moeda**

Montar as peças desse quebra-cabeça geopolítico e diplomático exige outras variáveis da equação. O Relatório Mbeki, por exemplo, estima que a África tenha um crédito líquido de cem bilhões de dólares anuais, contando o volume de fluxo ilícito de capital, que deixa o continente por meio de diversas técnicas de elisão e evasão fiscal, além da costumeira lavagem de dinheiro, fruto de atividades à margem da lei.

Neste sentido, está comprovado que saem muito mais recursos da África do que ela recebe em ODA e vários eventos paralelos trataram da facilidade com que corporações transnacionais, um termo ausente do AAAA, conseguem, *legalmente*, escapar da fiscalização tributária e pagar pouco imposto nos países onde operam, além de serem beneficiadas por incentivos estatais, sob a égide teórica das vantagens comparativas para atrair investimento e pela posição política de que *qualquer empreendimento é melhor do que não ter o empreendimento*, justificado pelo aumento, mesmo que temporário, de empregos e possível desenvolvimento de cadeias produtivas locais.

Este é o efeito de tal processo econômico e, nem sempre, a contrapartida é vantajosa *para as populações e seus territórios*. Na maioria das vezes, a vantagem é das lideranças políticas locais, que se contentam com a vantagem rápida a ser usada na próxima campanha eleitoral ou para enriquecimen-

to privado. O legado de tal prática, oriunda de um pensamento neoclássico e neoliberal, voltado para a lógica da concentração de capital, renda e poder político, é o sucateamento extemporâneo de riquezas naturais e humanas dos países.

Este é um nó que nenhuma diplomacia pode desatar, se os países não ultrapassarem o nível do reconhecimento da existência dos problemas, e formularem políticas que eliminem os obstáculos sistêmicos para o desenvolvimento sustentável em seus três pilares – econômico, social e ambiental. Dentre os obstáculos, podemos citar o benefício assimétrico concedido a grandes conglomerados nacionais e transnacionais, que pode ser comparado à usurpação das economias individuais de forma regressiva e disposto a financiar um enorme aparato de perpetuação das desigualdades históricas.

Nem tudo, entretanto, foi perdido. A Agenda de Ação de Adis Abeba não deixa de ser uma oportunidade em construção. Dois de seus aspectos mais concretos, o compromisso de seguimento anual da agenda por uma cúpula de até cinco dias e o mecanismo de facilitação tecnológica, garantiram a continuidade do amplo debate sobre os problemas sistêmicos a partir de dados comparativos, que serão analisados, e a possibilidade de uma maior cooperação no campo da inovação científica e tecnológica. Dois processos de execução e implementação de uma lógica de operação, que permitem um constante ajuste político de acordo com o progresso, ou não, das relações existentes.

Para que ocorra, de verdade, um monitoramento efetivo, há uma enorme necessidade de dados precisos sobre o funcionamento da economia, com informações desagregadas em diversas variáveis. As novas tecnologias podem facilitar tal processo, que irá reque-



rer desenvolvimento de capacidade técnica e recursos humanos, preparados para integrar novos procedimentos de aquisição e armazenamento de informação relevante para análises objetivas, que possa ser transformada em evidência, que apoie a construção de políticas progressistas na direção dos princípios fundamentais da agenda de desenvolvimento sustentável para 2030.

Além disso, mesmo diante de várias agendas ocultas e outras agendas eloquentemente expressas (ao menos em discurso), houve um ganho significativo para o caminho da justiça fiscal, a partir do compromisso explícito para que os países evoluam seus sistemas tributários para sistemas progressivos – parágrafo 20. Em um documento consenso das Nações Unidas, apesar de não ser vinculante, ou seja, não ser base impositiva para leis nacionais, um *compromisso* tem um peso maior do que um *encorajamento*.

### **Conclusão: Navegar é Preciso.**

Apesar dos desafios, a agenda pós-2015, agora transformada na Agenda 2030, apresenta oportunidades importantes para o trabalho da sociedade civil organizada, estimulando o desenvolvimento e o fortalecimento das redes de articulação interdisciplinar para implementação dos ODS. Para isso, é importante que, além do compromisso governamental, também seja garantida a capacidade – e uma capacidade sustentada – de que o monitoramento do progresso seja possível. Os resultados não podem ficar apenas nos relatórios e análises técnicas, mas precisam comprovar a progressão das conquistas e dos direitos nos territórios.

Se a agenda Pós-2015 vai exigir cerca de cinco trilhões de dólares por ano e a ajuda oficial

para o desenvolvimento foi a única repactuada em Adis, há grande possibilidade de que a conta continue a ser paga por meio da apropriação tributária e do endividamento dos Estados, com a continuidade da execução de recursos via parcerias público-privadas, sem garantia de que essas empresas e as megacorporações respeitem os direitos humanos e ambientais, ou que se alinhem às regras da OIT ou tenham qualquer responsabilidade com as questões de gênero.

Por outro lado, porém, também é possível minimizar ou reverter este quadro, se a sociedade civil tiver capacidade suficiente para, via mecanismos formais de controle social, fazer com que governos progressistas e democráticos assumam essa agenda. Como ficou claro em ambas as negociações, se os resultados não foram aqueles esperados e defendidos pela sociedade civil, foram sem dúvida menos ruins, porque houve participação ativa da sociedade civil, muitas vezes representada por vozes governamentais na defesa dos direitos. Não há dúvidas de que continuar um maior engajamento da sociedade civil tanto no processo de implementação, quanto no monitoramento global, fará o diferencial nesta correlação de forças desiguais entre os interesses públicos e privados.

Além disso, foram construídas alianças entre a sociedade civil e diferentes governos para diferentes agendas, mesmo que estas, em um contexto de negociações tão complexas, em nenhuma das duas negociações já concluídas (Agenda 2030 e AAAA), tenham sido homogêneas, apesar do óbvio acirramento de forças entre blocos do Norte e do Sul, entre ricos e não ricos. Temas, como direitos sexuais e direitos reprodutivos e mecanismos inovadores, são alguns dos exemplos de par-



cerias estabelecidos entre a sociedade civil do sul e a União Europeia. Por outro lado, foi muito importante contar com a pressão das organizações da sociedade civil do Norte sobre seus próprios países. Artigos na mídia e duras cartas foram dirigidas aos governos ingleses e norte-americanos, em nome de seus próprios cidadãos e, isso, se não chegou a mudar o peso da balança, ajudou a manter alguns limites. Foi importante, sobretudo, para composição de coalizões que, se continuarem atuando articuladamente poderão ser, de fato, a grande força-motriz da Agenda 2030.

Os ODS representam um contrato político global de que ninguém mais viverá com fome e de que o mundo, sob muitos aspectos, será pacífico, menos desigual e melhor. Sabemos que o desafio é imenso, mas é preciso aproveitar a existência de um compromisso dessa natureza. E sabendo que, sem mexer em questões estruturais e sistêmicas, a ideia de um desenvolvimento sustentável será somente um sonho impossível para os países pobres e em desenvolvimento. Mais ainda, sabendo que a questão do financiamento dos ODS, tão fundamental, continua em aberto, temos bem claro quais são os grandes desafios para os próximos 15 anos: Objetivos e Metas, sem os meios de implementação apropriados, não farão sentido.

Por isso, ao invés de ficar aguardando as alternativas salomônicas que os governos encontrarão, provavelmente de braços dados com a ideia de desregulação e livre mercado, a sociedade civil, nos próximos anos, terá o papel fundamental de redobrar esforços na cobrança de mudanças nas relações de poder e nas regras do jogo financeiro e econômico. Afinal, como dito pelo próprio Secretário Geral, Ban Ki-moon, ele próprio um refém do atual

sistema, “essa é uma agenda das pessoas. E ninguém deverá ser deixado para trás.”

Recife, 25 de Agosto de 2015.

### ***Os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável***

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
2. Eliminar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhor nutrição, promovendo a agricultura sustentável.
3. Assegurar vidas saudáveis e promover o bem estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizado por toda a vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e promover a autonomia de todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso à energia confiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego integral e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestrutura resiliente, promover industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões sustentáveis de consumo e de produção.



13. Adotar ação urgente para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservar e usar de modo sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, promover a gestão sustentável de florestas, combater a desertificação, cessar e reverter a degradação da terra e cessar a perda da biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, oferecer a todos o acesso à justiça e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Nos dias 10 e 11 de junho de 2015, representantes de diversos grupos da sociedade civil reuniram-se em São Paulo, a convite da ABONG, para um diálogo sobre as negociações finais da agenda pós-2015. Além de debater o processo de construção da Declaração Política dos ODS e da III Conferência para Financiamento do Desenvolvimento, etapas que seriam concluídas em Julho, tratou-se também dos desafios para implementação dos ODS no Brasil. As organizações desenharam estratégias comuns e organizaram questões e demandas para o encontro com representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, Itamaraty e agências ONU, que ocorreria no dia 11 à tarde. Neste encontro foi formalizada a criação do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda Pós-2015.





## Autor

**Alessandra Nilo** é Coordenadora Geral da Gestos– Soropositividade, Comunicação e Gênero–, diretora estadual da ABONG em Pernambuco, membro da Força Tarefa de Alto Nível para ICPD e Além e Secretária Regional da LACCASO.

**Claudio Fernandes** é economista, cofacilitador da Campanha TTF Brasil, é Assessor de Política da Gestos. Ambos acompanharam os debates da agenda pós-2015, desde a Rio+20 e representaram a Gestos e a ABONG nas delegações brasileiras, respectivamente para as últimas negociações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da III Conferência do Financiamento para o Desenvolvimento.

## Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil  
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313  
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil  
[www.fes.org.br](http://www.fes.org.br)

### Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

